

BRANQUITUDE E PODER: REVISITANDO O “MEDO BRANCO” NO SÉCULO XXI

Lia Vainer Schucman¹

Resumo: Este artigo tem como propósito compreender e apresentar as formas pelas quais os sujeitos considerados brancos agem cotidianamente para que possibilite a manutenção dos privilégios materiais e simbólicos dos brancos em relação a outros grupos racializados em nossa sociedade. E a partir daí, investigar quais as formas de poder que a branquitude exerce sobre as outras identidades raciais. Para esta compreensão utilizo a análise de falas de brancos paulistanos de diferentes classes sociais sob o enfoque de compreender como o poder branco é posto em ação no cotidiano dos sujeitos. Os resultados da pesquisa apontam que os sujeitos brancos sabem que são privilegiados em relação aos não brancos, porém não se responsabilizam por este fato. Neste sentido, a ambiguidade e fragmentação dos discursos dos sujeitos me pareceram algo muito relevante para a compreensão de como se mantém o racismo na sociedade brasileira. A ambiguidade aparece como artifício fundamental para que os sujeitos mantenham os privilégios, eximindo-se da responsabilidade moral.

Palavras-chave: branquitude, poder, racismo, medo.

WHITENESS AND POWER: REVISITING THE “WHITE FEAR” IN XXI CENTURY

Abstract: This article aims to understand and present the ways in which the subjects considered whites daily acts to allow the maintenance of material and symbolic privileges of whites over other racialized groups in our society. And from there, investigate which forms of power whiteness exerts on other racial identities. To this understanding I use the analysis of statements of people from São Paulo of different social classes with the purpose of understand how the white power is put into action in everyday subjects. The survey results indicate that white subjects know they are privileged in relation to non-whites, but are not responsible for this fact. In this sense, the ambiguity and fragmentation of subjects' speech seemed to me very relevant to understanding how it maintains the racism in Brazilian society. The ambiguity appears as a fundamental artifice to the subjects keeps their privileges, exempting them from moral responsibility.

Keywords: Whiteness, power, racism, fear.

¹ Graduação (2003) e mestrado (2006) em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (2012) com estágio de doutoramento como Pesquisadora visitante no Center for New Racial Studies Institute for Social, Behavioral and Economic Research (ISBER) da Universidade da Califórnia, Santa Barbara. Atualmente é bolsista FAPESP e realiza pesquisa de pós-doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo no Projeto de Pesquisa "Famílias interracialis: estudo psicossocial das hierarquias raciais em dinâmicas familiares" Tem experiência na área de Psicologia e relações raciais com ênfase em movimentos sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia social, racismo, raça, branquitude, identidade, movimentos sociais e educação intercultural.



BLANCHITUDE ET POUVOIR: EN REVISANT LE “PEUR BLANC ” DANS XXIE SIÈCLE

Résumé: Cet article vise à comprendre et à présenter les formes pour lesquelles sujets considéré blancs agent quotidiennement pour qui permet la manutention des privilèges matériels et symboliques des blancs en relation aux autres groupes racialisés dans notre société. Et à partir de là, d'enquêter sur les formes de pouvoir qui a la blanchitude a sur autres identités raciales. Pour cette compréhension j'utilise l'analyse de parole de blanc de São Paulo différentes classes sociales du point de vue de la compréhension de pouvoir blanc est pondu en action dans le quotidien de les sujets. Les résultats de la recherche indiquent que les sujets blancs savent qu'ils sont privilégiés en relation aux non-blancs, mais ne se responsabilisent pas pour ce fait. En ce sens, l'ambiguïté et la fragmentation du discours de sujets me semblait quelque chose très relevant pour compréhension de comme se maintiennent le racisme. L'ambiguïté est comme un artifice fondamental pour que les sujets maintiennent les privilèges, sans reconnaître leur responsabilité morale.

Mots-clés: Blanchitude; Pouvoir; Racisme; Peur.

BLANQUITUD Y PODER: REVISITANDO EL “MIEDO BLANCO EN EL SIGLO XXI”

Resumen: Este artículo tiene como propósito comprender y presentar las formas por las cuales los sujetos considerados blancos actúan cotidianamente para que posibilite la manutención de los privilegios materiales y simbólicos de los blancos en relación a otros grupos racializados en nuestra sociedad. Y a partir de esto, investigar cuales las formas de poder que la blanquitud ejerce sobre las otras identidades raciales. Para esta comprensión utilizo el análisis de hablas de blancos paulistanos de diferentes clases sociales sobre el enfoque de comprender cómo el poder blanco es puesto en acción en el cotidiano de los sujetos. Los resultados de la pesquisa apuntan que los sujetos blancos saben que son privilegiados en relación a los no blancos, pero no se responsabilizan por este hecho. En este sentido, la ambigüedad y fragmentación de los discursos de los sujetos me parece algo muy relevante para la comprensión de cómo se mantiene el racismo en la sociedad brasileña. La ambigüedad aparece como artificio fundamental para que los sujetos mantengan los privilegios, se eximen de la responsabilidad moral.

Palabras-clave: Blanquitud; Poder; Racismo; Miedo.

INTRODUÇÃO

Entendemos neste trabalho que a identidade racial branca – branquitude - se caracteriza nas sociedades estruturadas pelo racismo como um lugar de privilégio materiais e simbólicos construído pela ideia de “superioridade racial branca” que foi forjada através do conceito de raça edificado pelos homens da ciência no século XIX delimitando assim fronteiras hierarquizadas entre brancos e outras construções

racializadas (BRITZMAN, 2004; STEYN 2004, BENTO, 2002, TWINE 2006, WINANT 2002, SCHUCMAN 2012).

Ruth Frankenberg (2004) aponta que a branquitude é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude têm camadas complexas e variam localmente e entre os locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis. (p. 312)

Outra consideração fundamental para se pensar a branquitude é que esta identidade racial para além de criar uma fronteira externa entre brancos e negros tem fronteiras e distinções internas que hierarquizam os brancos através de outros marcadores sociais, como classe social, gênero, origem, regionalidade e fenótipo. Neste artigo faremos uma reflexão com o intuito de compreender como a branquitude é deslocada dentro das diferenças de origem, regionalidade e fenótipo, o que demonstra que a categoria branco é uma questão internamente controversa e que alguns tipos de branquitude são marcadores de hierarquias da própria categoria. (SCHUCMAN, 2012)

Assim, a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos considerados e classificados como brancos foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram. Por isso, é necessário entender as formas de poder da branquitude, onde ela realmente produz efeitos e materialidades. Nas palavras de Foucault, trata-se, ao definir metodologicamente os estudos sobre poder, “de não analisar o poder no nível da intenção ou da decisão”, mas sim de estudá-lo sob a perspectiva de sua externalidade, no plano do contato que estabelece com o seu objeto, com o seu campo de aplicação. Trata-se, afinal, de buscar o poder naquele exato ponto no qual ele se estabelece e produz efeitos (FOUCAULT, 1999, p. 33).

Ou seja, é preciso pensar o poder da branquitude como princípio da circularidade ou transitoriedade (FOUCAULT, 1999), compreendendo-o como uma rede na qual os sujeitos brancos estão, consciente ou inconscientemente, exercendo-o

em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de desigualdades raciais. Pensar o poder da identidade racial branca dessa maneira também tem o intuito de retirar o olhar que aponta o racismo para cada sujeito em particular e recolocá-lo para o entendimento de estruturas de poder sociais com particularidades de cada sociedade em questão. Neste sentido, é preciso concordar com Ware, quando esta diz:

Uma leitura crítica cuidadosa da reluzente cultura global confirma a necessidade de manter as definições de negritude e da branquitude relacionadas entre si, analisando-as como abstrações, sem perder de vista as situações e contextos específicos em que a raça é posta em jogo (...) é necessário sustentar uma dimensão internacional no estudo da branquitude que direcione o foco para a identidade racial dominante, as maneiras como o racismo escora a injustiça social e estrutura a desigualdade (WARE, 2004, p. 17).

Para a compreensão destas desigualdades o intuito deste artigo, parte de minha pesquisa de doutorado, é compreender e apresentar as formas pelas quais os sujeitos considerados brancos agem cotidianamente para que possibilite a manutenção dos privilégios materiais e simbólicos dos brancos em nossa sociedade. E a partir daí, investigar quais as formas de poder que a branquitude exerce sobre as outras identidades raciais.

Neste sentido, a ideia de poder é vista tal qual elaborou Foucault (2001) “o poder não se tem, o poder se exerce”. Para esta compreensão utilizo a análise de falas de brancos paulistanos (todos os nomes apresentados aqui são fictícios) de diferentes classes sociais sob o enfoque de compreender como o poder branco é posto em ação no cotidiano dos sujeitos. Os resultados da pesquisa apontam que os sujeitos brancos sabem que são privilegiados em relação aos não brancos. Quando pergunto, no entanto, quais são as formas em que eles entendem que são privilegiados, muitos não se reconhecem como agentes de atitudes racistas. Sujeitos que dizem não ser protagonistas de atitudes racistas, de uma certa maneira, são favorecidos pelas atitudes racistas dos outros.

No decorrer das entrevistas, os mesmos sujeitos que em uma hora diziam que a culpa era da sociedade e da escravidão, reconheciam posteriormente, em outros discursos, momentos em que eram racistas. Neste sentido, a ambiguidade e fragmentação dos discursos dos sujeitos me pareceram algo muito relevante para a compreensão de como se mantém o racismo na sociedade brasileira. A ambiguidade

aparece como artifício fundamental para que os sujeitos mantenham os privilégios, eximindo-se da responsabilidade moral.

Uma fala muito importante para a compreensão desta imprecisão foi a de João. O entrevistado disse que, em seus relacionamentos pessoais e no dia-a-dia, ele não se sente racista. Em um de seus depoimentos, contudo, disse que, ao contratar vendedores para sua loja, apesar de a maioria dos candidatos serem negros, de similar grau de instrução, costuma contratar brancos. Ele argumenta que, por ter uma loja na área “nobre” da cidade, a maioria dos compradores são brancos e que, por isto, o vendedor deveria também ser branco para que o cliente se identificasse.

Olha não sei se isto é racismo, acho que é mais regra de mercado e publicidade, a gente sabe que o cliente deve se identificar com o vendedor para comprar mais, então como minha loja tem a maioria dos clientes brancos eu sempre contrato vendedor brancos. (João)

Na mesma lógica que João, Vanessa reconhece que existe racismo na sociedade brasileira. Sabe que os brancos são privilegiados e, ao falar da empresa em que trabalha (é propagandista médica de uma indústria farmacêutica internacional), diz achar estranho que não haja negros trabalhando consigo. Ao mesmo tempo, afirma que entende a razão por eles não estarem na área de vendas.

Porque que eu não trabalho com negro? Não tem nenhuma mulher farmacêutica negra, que estudou na mesma faculdade, que possa exercer o mesmo cargo que eu? Onde eu estudei lá na UNIP existiam várias negras fazendo farmácia, e porque elas não estão aqui? Daí o racismo fica claro, não é só no meu meio social, porque nenhum negro trabalha com meu irmão na Microsoft, nenhum negro trabalha com meu pai, nenhum negro trabalha com minha mãe? Eu entendo que o cargo de vendas que é o meu eles não estejam presentes porque precisa ter uma boa aparência para ser propagandista. Mas e dentro da empresa?

João e Vanessa deixam claro de que forma se mantém os privilégios da branquitude. Não estamos mais falando de sentimentos preconceituosos, mas sim das ações que mantêm os brancos em melhores lugares que os não brancos. Neste mesmo sentido, foi possível perceber o quão ambíguo é o reconhecimento dos privilégios para os sujeitos, pois me pareceu que eles sentiam pesar e vontade de mudança em seus depoimentos sobre os privilégios que viviam em seus cotidianos. No entanto e no decorrer das entrevistas, percebi que reconhecer os privilégios não era ao mesmo tempo querer abrir mão deles. Nas falas abaixo é possível perceber que os sujeitos conseguiram enumerar situações em que eles foram privilegiados sem mérito, ou

seja, houve por parte deles um reconhecimento de que nem todas as conquistas que obtiveram estão relacionadas a traços e características de suas individualidades, mas sim do poder do grupo racial ao qual eles pertencem.

Eu já consegui serviço porque eu era clara e a outra pessoa era negra. E depois descobri que a patroa era racista, que ela não gostava de negro (Lilian).

Ser branco? ah, ser branco é poder entrar no shopping para cagar (Fernando, pergunta feita para um rapaz loiro de olhos azuis morador de rua em uma conversa informal)

Meu chefe é bem racista dizia que ele só gostava de trabalhar com gente branca, tinha preferência por branco... Aí, se eu fosse negro? Nunca teria sido contratado (Marcelo).

A gente que nasceu branquinho claro, é como se tivesse sido convidado pra uma festa. A gente entra na festa sem problema nenhum, a pessoa nos recebe em qualquer lugar. Acho que o negro tem mais dificuldade, não digo de uma festa normal, isso ai é brincadeira...mas pra procurar emprego, por exemplo, teriam preferência por um branco na hora de preencher uma vaga. Vai passar uma coisa mais de elite, uma classe social maior. (Denise)

Aqui, podemos perceber situações cotidianas em que estes sujeitos foram claramente privilegiados, que revelam certas situações, como a possibilidade de ser um morador de rua com um pouco mais de privilégios, poder entrar em um shopping para ir ao banheiro e uma situação em particular que muda por completo a vida de alguém: obter emprego. Logo após a estes depoimentos perguntei aos mesmos entrevistados se eles eram a favor de ações afirmativas para os negros. Expliquei detalhadamente qual era a ideia central de uma ação afirmativa como a de cotas raciais na universidade.

Neste momento, expus que assim como eles acabavam de reconhecer que tinham facilidades não relacionadas ao mérito, mas sim a pertença racial, o Estado reconhecia que os negros sofriam discriminação e que as ações afirmativas tinham o papel de reparar estas discriminações. Para minha surpresa, com exceção de Pedro, Tadeu e Lilian as respostas de todos entrevistados foram contra as ações afirmativas. Como exemplo, temos os depoimentos de Denise e Marcelo para demonstrar como o discurso sobre raça é ambíguo, pois nas falas acima os dois admitem que obtém privilégios ligados estritamente a cor da pele. No entanto, quando se trata de abrir mão destes, não parece haver muita colaboração.

sou contra as cotas...deveria ser de outra forma, não pela cor. A irmã dessa colega, que era mais escura até que ela, dizia que ia entrar no curso de



medicina se aproveitando das cotas... Eu acho que é o tipo de assistencialismo que é errado. Se fosse cotas pras pessoas pobres, é diferente...pras negras, acho que faz uma distinção que é negativa. (Denise)

Lia: Mas você não acabou de falar que os brancos foram convidados pra uma festa, tem uma característica que é só de raça...

Acho que é aumentar ainda mais o conflito entre brancos e negros. Uma festa é uma coisa, agora, uma faculdade...quem estuda mais...isso num depende de ser branco ou negro. É uma forma de tentar incluir essas pessoas na sociedade, mas elas já não estão incluídas nessa sociedade? Eu acho que elas estão. (Denise)

acho que isso cria mais preconceito do que resolve um problema. O problema aqui não é de cor, o problema é aristocrático, é gente que tem dinheiro que não quer saber do que não tem. Quem não tem não é só preto, não é só pardo, não é só branco, aliás, é preto, é pardo, é branco, é japonês, é de tudo. Você encontra “n” histórias de pessoas que são filhos de negros, mas não são negros que não podem pegar cotas porque ta indo pelo fenótipo, se for ver geneticamente ele também é negro. A menina que trabalha pra gente de empregada doméstica é branca, descendente de alemão, mora na casa do caramba da periferia, é casada com negro, os filhos não são negros e não vão ter acesso. Eles não têm dinheiro, vivem a mesma realidade dos vinte negros que estão do lado deles, dos vinte pardos que estão do lado deles, então, quer dizer, é completamente *non sense* no meu ponto de vista, não tem sentido nenhum. (Marcelo)

As falas de Marcelo e Denise parecem demonstrar aspectos importantes da branquitude. A primeira delas diz sobre a contradição de discursos. As primeiras falas deles enunciam e evidenciam aquilo que já sabemos: brancos obtêm privilégios e reconhecem o racismo. Isto vai ao encontro da última pesquisa do IBGE (2011) *Características Étnico-raciais da População um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008* que aponta que a maioria dos brasileiros, 71%, acredita que a raça exerce influência importante na vida das pessoas, principalmente em relação a mercado de trabalho. Contudo, quando a pergunta recai sobre formas de reparar esta iniquidades – as cotas – parece que os sujeitos negam aquilo que acabaram de afirmar, pois como podemos ler nos depoimentos acima, Marcelo e Denise argumentam que o problema do Brasil e da desigualdade é um problema de classe social que pode atingir a todos, e aí o discurso do mérito de que todos somos iguais reaparece.

Aqui cabe nos perguntar: o que faz com que as mesmas pessoas que reconhecem os privilégios raciais neguem radicalmente o próprio discurso quando existe a possibilidade de que uma política pública venha significar positivamente os negros - com os brancos perdendo alguns de seus privilégios? Será que estas falas de

sujeitos no início do século XXI repetem e dão continuidade ao “medo branco” do período da abolição e pós-abolição apontado por Célia Maria Marinho de Azevedo (1987) no livro *onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX?*

Uma das teses da autora é que tanto os emancipacionistas quanto os abolicionistas da época pensavam o negro não como sujeito de autodeterminação ou com capacidade de se projetar na sociedade. Para eles, o negro aparecia como um cidadão que deveria ser controlado e domesticado com dois propósitos, o primeiro de mantê-lo a disposição dos donos dos meios de produção e o segundo, de negar a luta civil dos negros para que não existisse perigo de o Brasil se tornar um país onde os poderes políticos ficassem nas mãos deles, como havia acontecido na mesma época na revolução do Haiti. (Azevedo 1987)

O pensamento de Azevedo foi colocado aqui, pois penso que assim como naquela época, o Brasil branco de hoje tem medo da possibilidade da inclusão do negro em posições e cargos de poder e não enxerga as cotas raciais como conquista dos movimentos negros, mas sim como aparece na fala de Denise: um assistencialismo dos brancos. Esta hipótese pode ser pensada também através da continuação da fala de Marcelo quando este se opõe as cotas:

E fora que aí, se tiver cotas, só pra completar, você pode institucionalizar o racismo através de pessoas, de ONGs, de organizações que vão querer tomar o poder, ter algum poder como estado, como nação, porque ele pode criar uma cultura ali de “ó eu represento os negros”. Aí você vai segregar aquelas pessoas, aquela pessoa vai ter mais poder sobre aquele grupo e pode agir de acordo com as vontades dessa pessoa, sendo que se você for pegar, então, que o negro tem menos acesso a cultura, menos acesso a informação, essa população pode ser manipulada. E tão dando poder pra que pessoas nesse sentido estejam fazendo esse tipo de coisa.

Mas como assim um racismo? Não entendi... (Lia)

Segregar mesmo, falar assim: a gente é preto, tem direitos especiais, eu vou lutar só pela gente, votem em mim, eu sou o seu candidato pra defender a raça negra, essa raça tão sofrida, bla, bla, bla...quando na verdade acho que não é por aí, acho que não tem a ver com raça negra tem a ver com a população pobre.

Nesta fala de Marcelo, fica claro que assim como a elite do século XIX tinha medo de uma organização negra, ou das revoltas negras, como por exemplo as

organizadas no Brasil pelas nações haussás, nagôs e maleses², nas três primeiras décadas do século XIX, Marcelo tem medo que com os negros em posições de poder estes possam se organizar em prol do bem estar da população negra, e aí fica claro que ele é contra cotas não por achar que o problema brasileiro é de desigualdade de classe, mas sim porque com uma organização negra ele poderia perder alguns de seus privilégios. No entanto, Marcelo esquece que até hoje o poder, ao invés de neutro, como supõe em sua fala, é branco. Aqui fica claro que há uma negação do que ele mesmo assumiu anteriormente: no Brasil de hoje o privilégio é Branco. Denise, de alguma forma, também aponta este medo pois diz que as cotas podem aumentar o conflito. Suponho que o que ela chama de conflito é o fato de as cotas poderem retirar os brancos de um lugar privilegiado e, desta forma, o silêncio sobre a questão racial no Brasil sofra uma interrupção reveladora. O que chama atenção é que a lógica dos dois é irracional, os argumentos são antagônicos e parecem enunciar de um lugar tomado pelo medo.

Neste sentido, uma outra fala de Denise foi fundamental para se compreender quais as razões pelas quais brancos conscientes de seus privilégios, e com discursos de igualdade, mantêm e legitimam lugares privilegiados para eles e seus pares. Podemos dizer que, neste momento, o medo faz com que a branquitude entre em ação. Denise, ao comentar sobre sua posição na sociedade, tem um receio de ser “zombada”, de ser olhada por um olhar que não seja de admiração ou de desejo de branqueamento, tem medo que a brancura tenha significados não positivos.

“Às vezes, quando estou em lugares que têm muitos negros eu me sinto hostilizada por ser branca. Eu sinto um olhar de nojo pra mim, eu sinto, as vezes preconceito. Quando alguém acha que eu me sinto especial por ser branca. Mas eu não sei se eu faço esse olhar você sente que a pessoa te olha com cara de nojo, sente que a pessoa está te hostilizando. Eu até já ouvi algumas vezes: “ah, essa branquela se acha o máximo”. Pode ser que eu me ache especial por ser branca, aí, eu acho que a pessoa tá me olhando torto, mas na verdade, ela pode estar me achando um lixo eu já senti isso. Talvez a pessoa ache que eu estou invadindo o espaço dela, no metro, por exemplo, senti isto como se eu estivesse invadindo o espaço de segurança dela.” Por causa deste olhar eu acabo mesmo não me misturando.

Na fala de Denise, é difícil de compreender o porquê dela interpretar o olhar direcionado a ela como nojo da cor da pele; há outras inúmeras possibilidades para que alguém no metrô olhe para os outros com as expressões mais variadas. Mas o

² Ver REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

interessante é que ela afirma que é hostilizada porque as pessoas acham que ela se sente especial, e que os negros teriam desprezo por este lugar de privilégio. Aqui uma das possibilidades é ela enxergar no olhar dos outros aquilo que ela mesmo sente, e que tem medo de expressar. A outra é considerar que realmente este lugar do branco pode ser um lugar de deboche e desprezo por aqueles que associam a branquira diretamente a branquitude. E talvez por isso, Denise opta por não se misturar. Assim, sua branquitude não será colocada em questão pois, segundo ela, é o negro que pode apontar e desvelar sua branquitude. Esta sensação, de que a branquitude é revelada ao lado dos negros, é um dos pontos que caracterizam a branquitude, pois, segundo Piza (1998), ela é “é consciente para as pessoas negras”.

Ainda como no pensamento de Azevedo (1987), podemos perceber que o medo aparece quando o branco encontra o negro como sujeito de autodeterminação. Quando a relação entre eles não é a de dominação do branco sobre o negro, e que portanto o negro poderia olhar para o branco não com desejo de branqueamento, mas sim com olhos analíticos que desnudam a branquitude. E aí está o medo.

As reações de medo, portanto, ficam mais claras quando as reivindicações dos movimentos negros tomam lugar na sociedade. Assim como na época das revoltas negras do período da abolição, no início do século XXI, os movimentos negros têm conseguido colocar em prática algumas de suas reivindicações. Parece que os discursos conservadores que apelam para a não mudança aparecem de formas mais ferozes do que em épocas em que o poder branco está garantido.

Um outro exemplo da reação do “medo branco” ocorreu, exatamente, durante a escrita deste tópico, e por se tratar de um bom exemplo transcreverei aqui: No dia 16 de outubro de 2011, a escola municipal de Educação infantil (Emei) Guia Lopes, localizada no bairro do Limão, Zona Norte de São Paulo, amanheceu pichada com a seguinte frase “vamos cuidar do futuro de nossas crianças brancas”. A pichação foi uma resposta às novas propostas pedagógicas que a escola vinha realizando, a saber: colocar em prática a Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que designa às instituições educacionais uma adequação no rol dos conteúdos programáticos para a inserção do estudo da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, de modo a resgatar sua contribuição na área social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Com este intuito a escola havia, neste ano, instituído um conteúdo que valorizasse a lei, e que fizesse parte do projeto pedagógico. A festa junina, por exemplo, teve motivos afro-brasileiros, bem como as questões raciais haviam sido discutidas com os alunos.



Imagem 1 - Foot retired do jornal folha de São Paulo no dia 18/10/2011
<http://www1.folha.uol.com.br>

Neste exemplo acima, o que está em questão é a perda dos privilégios simbólicos que os brancos adquirem no sistema educacional brasileiro, pois a escola, por ter uma atuação sistemática durante anos, tem um maior poder ideológico sobre os que nela permanecem, e portanto o ensino eurocêntrico baseado na história das populações europeias, brancas e cristãs privilegiam sistematicamente que sujeitos brancos se sintam inseridos na construção da cultura e do mundo, em detrimento das outras populações, como aponta Munanga:

é possível que a escola tenha maior poder de saturação ideológica, por ter uma atuação sistemática, durante anos a fio, sobre os que nela permanecem. O processo de seletividade dos segmentos sem prevalência histórica na nossa sociedade, são alguns dos mecanismos produzidos para manter a ideologia dominante. O produto final de todo esse processo está configurado no currículo eurocêntrico vigente nas escolas brasileiras, em todos os níveis de ensino (MUNANGA, 1996, p. 141).

Assim como no século XIX havia um medo de que o Brasil se tornasse um país negro, podemos pensar que o episódio da escola EMEI demonstra que este medo ainda não foi elaborado pela população brasileira branca, e que, portanto, quando aparecem ações concretas para valorizar as culturas e as populações negras aqui presentes, as reações dos brancos são formuladas de diversas formas, mas que, no entanto, tais ações podem ser analisadas, como vimos nos depoimentos e na foto acima, quase sempre como ilógicas e motivadas pelo medo de perder os privilégios materiais e simbólicos obtidos pela estrutura racista. Quando Denise aponta que as cotas irão aumentar os conflitos e Marcelo demonstra medo de que os negros se autogovernem e, ainda, uma escola amanhece pichada com menções diretas às crianças brancas, há, na verdade, uma atuação para que nossa sociedade continue privilegiando os brancos, não considerando que os negros possam existir em relação de igualdade, em que brancos e negros deixem a relação de dominação histórica de longa duração de sujeito objeto e possam interagir como sujeito-sujeito.

Nesta mesma perspectiva é necessário pensar que o racismo do século XXI se configura no sistema de produção atual do capitalismo. Estamos inseridos em um sistema que se estrutura na exploração da força de trabalho e que necessita de um excedente de mão de obra. Há o estímulo da produção e a competição produz desigualdades. Assim, o racismo aparece como mecanismo para que os brancos se mantenham em posições de vantagens nesta competição.

Estes depoimentos também anunciam que os sujeitos brancos sabem que nenhuma situação de privilégios dura para sempre, e que para mantê-la, é preciso atuar diariamente. Esta posição da branquitude é acompanhada do medo e da ameaça, permanente. Isto faz com que brancos atuem consciente e/ou inconscientemente, para não perdê-la e, neste sentido, tanto João (quando apenas emprega os brancos), Denise e Marcelo (quando agem contrariamente às cotas), como também as atitudes agressivas dos pichadores da escola EMEI, configuram-se como algumas das formas em que os sujeitos colocam a branquitude em ação.

Ainda pensando sobre quais as formas de que sujeitos brancos se utilizam para manter os privilégios, uma questão que salta à reflexão diz respeito à possibilidade destes brancos manterem seus grupos sociais de brancos apenas entre brancos. Neste aspecto, as perguntas “você já foi protagonista de atitudes racistas?” e “qual a cor da

pele você escolheria para os seus filhos, netos e descendentes?” apontam, com as respectivas respostas empíricas, para a discriminação, no sentido de segregar. De alguma forma, esta é a maneira mais comum em que estes sujeitos colocam em ação a branquitude. Em ambas as perguntas, todos os entrevistados, sem exceção, responderam que, em algum momento, já discriminaram, e que gostariam de ter filhos brancos.

Assim como os sujeitos assumiram em suas falas que tinham noção do privilégio conferido aos brancos, o referencial teórico lido para esta tese havia me feito pensar que, dificilmente, os entrevistados admitiriam ter tido atitudes racistas em suas vivências cotidianas. Isso porque eu acreditava na afirmação da antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, que avaliou uma pesquisa realizada em 1988, que diz: “Afinal, aqui ninguém é racista”. A pesquisa revelou que 97% dos entrevistados disseram não ter preconceito. Mas, ao serem perguntados se conheciam pessoas e situações que revelavam a discriminação racial no país, 98% responderam que sim. “A conclusão informal era que todo brasileiro parece se sentir como uma ‘ilha de democracia racial’, cercado de racistas por todos os lados” (SCHWARCZ, 1996, p. 155).

Ainda sobre o brasileiro admitir ser racista, em 2003, foi realizada uma pesquisa pela Fundação Perseu Abramo, mostrando que 87% dos brasileiros acreditavam que há racismo no Brasil. Mas somente 4% deles reconheciam que eram racistas. No entanto, contrapondo-se às pesquisas acima, todos os meus entrevistados admitiram já terem tido atitudes racistas e se sentiram privilegiados por serem brancos, mesmo que isto fosse negado em outros momentos da entrevista. É preciso perceber que há, em algum lugar destes sujeitos, a consciência dos benefícios da branquitude. Aqui cabe perguntar sobre o que fez com que os entrevistados, diferentemente das outras pesquisas, admitissem o racismo.

Minha primeira hipótese é que, em meu questionário, não pergunto aos sujeitos se eles são racistas, mas se já foram protagonistas de atitudes racistas, assim a resposta não recai sobre o ser racista como uma escolha e uma defesa ideológica, mas sim sobre atitudes em momentos pontuais. E a outra hipótese, que cabe investigar melhor, é que os programas e propagandas, como “Onde você guarda seu racismo?”, e as discussões sobre cotas raciais na universidade, tenham provocado mudanças no comportamento dos brasileiros, como já apontado nas falas sobre o medo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, C. M. M. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BENTO, M. A. & CARONE, I. (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo* (2a. ed.). São Paulo: Vozes, 2002.
- BRITZMAN, D. P. A diferença e tom menor: algumas modulações da história, da memória e da comunidade. In V. Ware (Org.). *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CARONE, I. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In I. Carone & M. A. Bento (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo* (pp. 13-24). Petrópolis: Vozes, 2007.
- FRANKENBERG, R. A miragem de uma Branquitude não marcada. In V. Ware (Org.), *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo* (V. Ribeiro, trad., pp. 307-338.). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. *Genealogia del racismo*. Madrid: Ediciones de la Piqueta, 1992.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder* (R. Machado, Org. e trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- MUNANGA, K. O anti-racismo no Brasil. In: *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.
- TWINE, F. W. & Steinbugler A. The Gap Between Whites and Whiteness: Interracial Intimacy and Racial Literacy. *Du Bois Review*, 3 (2), 341-363, 2006.
- WARE, V. O poder duradouro da branquidade: “um problema a solucionar”. Introdução. In: V. Ware (Org.), *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo* (V. Ribeiro, trad., pp. 7-40.). Rio de Janeiro: Garamond.
- WINANT, H. *The World Is a Ghetto: Race and Democracy Since World War II*. New York: Basic Books, 2001.

Recebido em março de 2014
Aprovado em maio de 2014